



PIB
dos
Municípios

ISBN 978-85-240-4600-1

© IBGE, 2023

Produto Interno Bruto dos Municípios 2021

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2021¹. A metodologia adotada para sua estimativa é uniforme para todas as Unidades da Federação e integrada, conceitualmente, aos procedimentos adotados no Sistema de Contas Nacionais - SCN e no Sistema de Contas Regionais - SCR. Portanto, os resultados ora divulgados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados do SCN e do SCR. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grupos de atividade econômica: Agropecuária, Indústria e Serviços – além da Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social, devido à importância dessa atividade na economia brasileira –, bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB; e o PIB *per capita*. Essas informações, além de estabelecerem relações macroeconómicas, possibilitam traçar o perfil econômico de cada um dos Municípios brasileiros.

O presente informativo traz comentários analíticos sobre os principais destaques observados, no ano de 2021, com compara-

ções, em relação a 2020 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, o início da série publicada. Com a colaboração da Diretoria de Geociências, são apresentadas, ainda, análises geográficas mais detalhadas, que interpretam o PIB dos Municípios de acordo com a sua distribuição no País, com base em tipologias (classificações de Municípios como, por exemplo, por hierarquia urbana) e regionalizações (agregações de Municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados da publicação, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

Cabe informar que, para as estimativas de 2021, os Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul tiveram as suas estruturas que dependem das informações de saídas de mercadorias evoluídas segundo o consumo de energia elétrica. Outrossim, excepcionalmente nesta divulgação, os resultados do ano de 2019 para os Municípios dos Estados de Pernambuco e Goiás foram revisados, devido à atualização do arquivo da variável saídas de mercadorias.

Concentração econômica

Os resultados do PIB dos Municípios mostram que Municípios das Capitais e demais agregações municipais de maior participação no PIB brasileiro, por concentrarem as atividades de Serviços presenciais, foram os mais afetados pelas medidas restritivas de isolamento decorrentes da pandemia de COVID-19, ao longo de 2020, apresentando queda nominal, entre 2019 e 2020. Estes grupos de Municípios, entre 2020 e 2021, tiveram aumento nominal; porém, em termos de participação não conseguiram retomar ao patamar de 2019, apesar da recuperação econômica verificada no âmbito nacional e regional, alavancada pelos Serviços. Portanto, a tendência de desconcentração econômica municipal identificada ao longo da série histórica e intensificada em 2020, foi mantida.

Em 2021, 11 Municípios responderam por quase 25% do PIB nacional e 16,6% da população brasileira², e as 87 municipalidades

de maiores PIBs representavam, aproximadamente, 50% do total e 36,7% da população do País. Em 2002, apenas quatro Municípios somados representavam cerca de ¼ da economia nacional.

Destaca-se, ainda, que os 1 306 Municípios de menores PIBs responderam, em 2021, por cerca de 1% do PIB nacional e por 3,1% da população brasileira. Nota-se que, entre esses, os situados nos Estados do Piauí (152) e Paraíba (141), representavam mais de 60% do número de Municípios de seus respectivos Estados. Em 2002, 1 383 correspondiam a 1,0% do PIB e somavam 3,7% da população nacional.

Os Municípios que responderam por, aproximadamente, ¼ da economia brasileira, em 2021, foram: São Paulo (SP), com 9,2%; Rio de Janeiro (RJ), 4,0%; Brasília (DF), 3,2%; Belo Horizonte (MG), 1,2%; Manaus (AM), 1,1%; Curitiba (PR), 1,1%; Osasco (SP), 1,0%; Maricá (RJ), 1,0%;

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2018, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa; e a segunda, é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre o PIB dos Municípios encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municípios.html>.

² População residente estimada por Município com data de referência em 1º de julho de 2021, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Porto Alegre (RS), 0,9%; Guarulhos (SP), 0,9%; e, Fortaleza (CE), 0,8%. Em termos de posição, na comparação entre 2002 e 2021, Manaus (AM) subiu da sétima posição para a quinta; Curitiba (PR), passou da quinta para a sexta; Osasco (SP), da 16^a para a sétima; Maricá (RJ), da 354^a para a oitava; enquanto Porto Alegre (RS) passou da sexta para a nona; Guarulhos (SP), da 14^a para a 10^a; e, Fortaleza (CE), da 12^a para a 11^a.

A análise da distribuição do PIB por Concentrações Urbanas³ confirma a tendência histórica de redução relativa da importância econômica dos grandes Centros Urbanos, no ano de 2021. Em 2020, as duas maiores Concentrações Urbanas do País somaram 23,6% do PIB nacional e, em 2021, essa participação caiu para 23,2%. São Paulo/SP passou a responder a 15,4% do PIB brasileiro, ante 16,2% em 2020 (queda de 0,8 ponto percentual). O Rio de Janeiro/RJ, por sua vez, apresentou um aumento da participação, passando de 7,4% para 7,8% do PIB brasileiro em 2021 (aumento de 0,4 ponto percentual). Ademais, é possível verificar que o agregado das 10 maiores Concentrações Urbanas brasileiras apresentou também redução em sua participação relativa na economia nacional. Em 2020, essas Concentrações Urbanas somaram 40,5% do PIB e, em 2021, essa participação caiu para 39,5% (redução de 1,0 ponto percentual).

No recorte por Grandes Regiões, em 2021, observa-se que o padrão identificado no País é repetido, com concentração do PIB em poucos Municípios. Na comparação entre 2002 e 2021, porém, o número de municipalidades que somavam até ½ da economia local foi ampliado: na Região Norte, de seis para oito; na Nordeste, de 25 para 36; na Sudeste, de 13 para 23; na Sul, de 31 para 41; e, na Região Centro-Oeste, de um para sete.

PIB e densidade econômica dos Municípios

2021



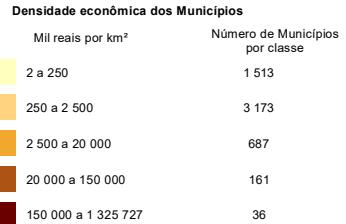
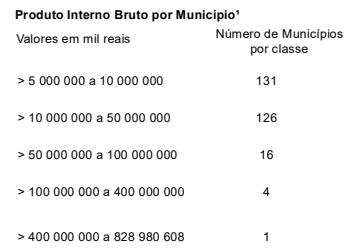
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Distribuição dos Municípios segundo as faixas de participação no PIB do Brasil

Faixas de participação no PIB do Brasil	Número de Municípios	Participação (%)		Número de Municípios acumulado	Participação acumulada (%)	
		Dos Municípios	Da população (1)		Dos Municípios	Da população (1)
2002						
Até 25%	4	0,1	12,0	4	0,1	12,0
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	48	0,9	29,3
De 50% a 75%	263	4,7	24,4	311	5,6	53,7
De 75% a 95%	1 899	34,2	31,0	2 210	39,7	84,7
De 95% a 99%	1 967	35,4	11,6	4 177	75,1	96,3
De 99% a 100%	1 383	24,9	3,7	5 560	100,0	100,0
2021						
Até 25%	11	0,2	16,6	11	0,2	16,6
De 25% a 50%	76	1,4	20,0	87	1,6	36,7
De 50% a 75%	337	6,1	22,2	424	7,6	58,9
De 75% a 95%	1 978	35,5	28,1	2 402	43,1	87,0
De 95% a 99%	1 862	33,4	9,9	4 264	76,6	96,9
De 99% a 100%	1 306	23,4	3,1	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População residente estimada para 1º de julho, segundo os Municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.



¹ Apenas estão representados os 278 Municípios com PIB superior a 5 bilhões de reais, os quais detêm aproximadamente 68,7% do PIB do Brasil.

³ Considera-se Concentração Urbana o Arranjo Populacional ou Município Isolado com mais de 100 000 habitantes e que possui a urbanização como principal processo indutor da integração e da contiguidade espacial. As Concentrações Urbanas se subdividem em dois níveis: Médias Concentrações Urbanas, com população entre 100 000 e 750 000 habitantes, e Grandes Concentrações Urbanas, com população acima de 750 000 habitantes.

A análise do PIB segundo a densidade econômica, ou seja, ponderado pela área, também revela uma redução na concentração espacial em virtude da queda da participação no PIB das Concentrações Urbanas. A densidade econômica no Brasil, em 2021, foi de 1 061 mil R\$/km². Por sua vez, as Grandes e Médias Concentrações

Urbanas apresentaram uma densidade de 10 724 mil R\$/km², ou seja, cerca de 10,1 vezes maior que a média do Território Nacional. Ainda que esse valor mostre uma concentração espacial bastante acentuada, observa-se que houve ligeiro recuo, em relação a 2020, quando representavam cerca de 10,3 vezes a média do território brasileiro.

10 maiores PIBs e densidades econômicas no Brasil, segundo os Municípios e Concentrações Urbanas

2021

Municípios				
10 maiores Municípios por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 Municípios com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km ²)
Total	2 113 538 828	23,5	Total	558 046
São Paulo (SP)	828 980 608	9,2	Osasco (SP)	1 325 727
Rio de Janeiro (RJ)	359 634 753	4,0	São Caetano do Sul (SP)	1 015 379
Brasília (DF)	286 943 782	3,2	Barueri (SP)	883 208
Belo Horizonte (MG)	105 829 675	1,2	Diadema (SP)	601 469
Manaus (AM)	103 281 436	1,1	São Paulo (SP)	544 951
Curitiba (PR)	98 003 704	1,1	Taboão da Serra (SP)	504 761
Osasco (SP)	86 111 260	1,0	Niterói (RJ)	496 017
Maricá (RJ)	85 814 296	1,0	Paulínia (SP)	377 508
Porto Alegre (RS)	81 562 848	0,9	Louveira (SP)	353 029
Guarulhos (SP)	77 376 467	0,9	Mauá (SP)	335 441
Concentrações Urbanas				
10 maiores Concentrações Urbanas por valor do PIB	PIB (R\$ 1 000)	Participação do PIB no Brasil (%)	10 Concentrações Urbanas com maior densidade econômica	Densidade econômica (mil R\$/km ²)
Total	3 562 732 394	39,5	Total	121 120
São Paulo/SP	1 387 982 030	15,4	São Paulo/SP	194 016
Rio de Janeiro/RJ	706 723 077	7,8	Rio de Janeiro/RJ	116 915
Brasília/DF	303 297 818	3,4	Campinas/SP	105 329
Belo Horizonte/MG	235 838 417	2,6	Jundiaí/SP	79 698
Porto Alegre/RS	187 838 027	2,1	Indaiatuba/SP	73 239
Campinas/SP	186 848 437	2,1	Itajaí - Balneário Camboriú/SC	71 836
Curitiba/PR	185 555 314	2,1	Vitória/ES	59 639
Salvador/BA	136 233 530	1,5	Americana - Santa Bárbara d'Oeste/SP	56 531
Recife/PE	124 652 655	1,4	Baixada Santista/SP	46 558
Fortaleza/CE	107 763 088	1,2	Sorocaba/SP	44 569

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Diretoria de Geociências do IBGE.

Cabe ressaltar, porém, que essa redução da concentração geral não foi capaz de alterar a ordem entre os Municípios. Ainda que o Município e a Concentração Urbana de São Paulo/SP tenham visto sua participação no PIB nacional ser reduzida, em 2021, nove dos 10 Municípios com as maiores densidades econômicas do Brasil encontravam-se na Cidade-Região de São Paulo⁴, incluindo as seis primeiras posições, com destaque para Osasco (SP), com mais de 1,3 bilhão de R\$/km². Além disso, entre as Concentrações Urbanas, a desigualdade espacial, apesar

de menor, ainda é notável. Enquanto na Concentração Urbana de São Paulo/SP a densidade foi 194 016 mil R\$/km², na Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ, segunda na classificação, o valor foi 116 915 mil R\$/km², ou seja, 60,3% do valor observado em São Paulo/SP. Destaca-se, também, que sete das 10 Concentrações Urbanas com maior densidade econômica encontravam-se no Estado de São Paulo.

O índice de Gini⁵ do PIB, considerando-se os Municípios – outra medida de concentração –, foi de 0,84, em 2021, e, ao longo

⁴ A Cidade-Região de São Paulo faz referência à segunda Integração do Arranjo Populacional de São Paulo/SP, que engloba um contínuo geográfico de 92 Municípios, com forte interação no processo produtivo (bens, cultura, fluxos financeiros etc.) com a Metrópole de São Paulo.

⁵ Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos Municípios, segundo o valor adicionado bruto de cada Município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os Municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um dos Municípios detém o valor adicionado bruto total, e o valor adicionado bruto de todos os outros Municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

da série analisada, manteve-se praticamente inalterado. Em 2021, apenas os Estados do Amazonas e São Paulo apresentaram índice de Gini superior ao nacional, com índices 0,87 e 0,86, respectivamente. Os menores indicadores, por sua vez, foram observados nos Estados do Acre e Mato Grosso do Sul, ambos com índice 0,65.

Os 100 maiores PIBs municipais brasileiros, em 2021, representavam 52,2% do PIB do País, enquanto, em 2002, a participa-

ção foi de 60,0%. Na análise por Grandes Regiões, observa-se que, entre esses 100 Municípios, aqueles das Regiões Norte e Centro-Oeste aumentaram suas participações em relação ao PIB nacional, entre 2002 e 2021. Entretanto, em relação às suas respectivas Grandes Regiões reduziram suas participações. E, em termos de número de Municípios, apenas a Região Sul apresentou redução entre 2002 e 2021.

Distribuição dos 100 Municípios com os maiores PIBs, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	2002			2021		
	Número de Municípios	Participação do PIB (%)		Número de Municípios	Participação do PIB (%)	
		Na região	No Brasil		Na região	No Brasil
100 Municípios com os maiores PIBs						
Brasil	100	..	60,0	100	..	52,2
Norte	4	43,3	2,0	5	42,8	2,7
Nordeste	12	41,0	5,4	13	34,3	4,7
Sudeste	59	70,8	40,6	59	64,4	33,7
Sul	20	42,6	6,9	15	33,5	5,8
Centro-Oeste	5	59,5	5,1	8	51,5	5,3
100 Municípios com maiores PIBs, exclusive os Municípios das Capitais						
Brasil	100	..	27,1	100	..	28,5
Norte	-	-	-	3	17,4	1,1
Nordeste	6	7,7	1,0	7	9,8	1,3
Sudeste	69	37,0	21,2	65	39,0	20,4
Sul	22	28,0	4,5	18	25,6	4,4
Centro-Oeste	3	4,4	0,4	7	11,4	1,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ao efetuar a análise, excluindo-se os Municípios das Capitais, constata-se que os 100 maiores PIBs municipais apresentaram aumento na participação do PIB do Brasil entre 2002 e 2021 (de 27,1% para 28,5%). Observa-se que apenas as municipalidades do Sul perderam participação dentro de suas Grandes Regiões ao longo da série. Nota-se, ainda, que o Norte, em 2002, não tinha nenhum representante entre os 100 maiores PIBs e, em 2021, teve três Municípios: Parauapebas, com 0,6% do PIB brasileiro; Canaã dos Carajás (0,4%); e Marabá (0,2%), todos do Estado do Pará.

Também, na análise segundo as Regiões Geográficas Imediatas⁶, verifica-se uma redução da desigualdade espacial brasileira. Essa classificação territorial permite avaliar as disparidades entre Municípios-Polo⁷ e Municípios do Entorno⁸. No primeiro caso, tais municipalidades concentravam, em 2021, 54,6% do PIB brasileiro (em 2020, era 56,4% e, em 2002, 61,5%), enquanto os Municípios do Entorno somavam 45,4% (ante 43,6%, em 2020 e 38,5%, em 2002).

Observando-se os cinco maiores PIBs municipais em cada Unidade da Federação, verifica-se que em 15 delas suas municipalidades concentravam mais do que ½ do PIB estadual, em 2021. No Amazonas, Roraima, Amapá e Distrito Federal, os cinco maiores PIBs somavam

mais de 80%, embora tenham reduzido sua participação, em relação a 2002, à exceção de Brasília, único Município do Distrito Federal.

Entre as demais 12 Unidades da Federação, os cinco maiores PIBs municipais somavam menos de 40% nos seguintes Estados: Bahia (38,6%); Paraná (35,7%); Santa Catarina (35,2%); Mato Grosso (33,9%); Minas Gerais (27,9%); e Rio Grande do Sul (27,8%). Entre essas Unidades da Federação, na Bahia, Mato Grosso e Paraná os cinco maiores PIBs somavam mais de 40% do PIB estadual, em 2002.

Os Municípios das Capitais representaram, em 2021, 27,6% do PIB nacional, registrando a menor participação da série. Enquanto São Paulo (SP), com 9,2%, ocupou a primeira posição, em termos de contribuição ao PIB do País, Palmas (TO) situou-se na última colocação, com 0,1%.

Na Região Centro-Oeste, os Municípios das Capitais participavam com 44,1% do PIB, uma vez que Brasília (DF), por ser a Capital do País, sozinha representava 30,8% da Região. Os Municípios das Capitais dos Estados do Norte respondiam por 36,3% do PIB regional; os dos Estados das Regiões Sudeste e Nordeste somavam 28,1% e 27,7%, respectivamente; e os da Região Sul registraram 13,0%, a menor participação no contexto regional.

⁶ Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de Arranjo Populacional – Município-Polo.

⁷ Município que atrai os moradores dos Municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego, e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério da Previdência Social, de serviços judiciários, entre outros.

⁸ Municípios não polo da Região Geográfica Imediata.

Em 14 Unidades da Federação, os Municípios das Capitais representavam menos de 30% do PIB estadual. São eles: Belém (PA), com 12,7%; Palmas (TO), 20,0%; São Luís (MA), 29,2%; João Pessoa (PB), 28,7%; Recife (PE), 24,9%; Salvador (BA), 17,9%; Belo Horizonte (MG), 12,3%; Vitória (ES), 16,9%; Curitiba (PR), 17,8%; Florianópolis (SC), 5,5%; Porto Alegre (RS), 14,0%; Campo Grande (MS), 24,4%; Cuiabá (MT), 12,7%; e Goiânia (GO), 22,2%. Nas demais Unidades da Federação, apenas os seguintes Municípios das Capitais detinham mais de 50% do PIB: Rio Branco (AC), com 51,3%; Manaus (AM), 78,5%; Boa Vista (RR), 74,1%; Macapá (AP), 64,4%; e Brasília (DF), 100%.

Atesta-se, ainda, que, em 2021, Belém (PA), Vitória (ES) e Florianópolis (SC) foram os únicos Municípios das Capitais que não ocuparam a primeira posição em seus respectivos Estados. No Pará, o Município de Parauapebas apareceu à frente com participação de 18,9%; Canaã dos Carajás ocupou a segunda posição com 13,3%; e, Belém ocupou somente a terceira posição com 12,7% do PIB estadual. No Espírito Santo, o Município de Serra ocupou a primeira posição com participação de 20,0% e Vitória ocupou a segunda posição com 16,9%. Em Santa Catarina, Florianópolis ocupou a terceira posição, representando 5,5% do Estado, atrás de Itajaí (11,1%) e de Joinville (10,5%).

PIB per capita

Em 2021, os 10 Municípios com os maiores PIB *per capita* somavam 2,8% do PIB nacional e 0,2% da população brasileira. Catas Altas (MG), com R\$ 920 833,97, apresentou o maior PIB *per capita*, em 2021, e tinha a extração de minério de ferro como principal atividade. A extração de minério de ferro também foi a principal atividade de outros Municípios com os maiores PIB *per capita*: Canaã dos Carajás (PA), na segunda posição; e os Municípios de Minas Gerais, São Gonçalo do Rio Abaixo, Itatiaiuçu e Conceição

do Mato Dentro, que ocupavam a terceira, quarta e sexta posições. O Município de Paulínia (SP), na nona posição, teve a indústria de refino de petróleo como principal atividade. Presidente Kennedy (ES), Maricá (RJ) e Saquarema (RJ), que ocupavam a quinta, sétima e oitava posições, destacaram-se devido à extração de petróleo e gás. Campos de Júlio (MT) ocupava a 10ª posição, em razão da atividade Agropecuária, principalmente soja em grão e algodão herbáceo.

Razão entre o PIB per capita dos Municípios das Capitais e das Grandes Concentrações Urbanas e o PIB per capita do Brasil

Municípios das Capitais

	2002		2021
Brasília (DF)	2,93	Brasília (DF)	2,19
Vitória (ES)	2,82	Vitória (ES)	2,01
São Paulo (SP)	2,10	São Paulo (SP)	1,58
Rio de Janeiro (RJ)	1,87	Porto Alegre (RS)	1,29
Porto Alegre (RS)	1,56	Rio de Janeiro (RJ)	1,26
Curitiba (PR)	1,52	Curitiba (PR)	1,18
Florianópolis (SC)	1,41	Cuiabá (MT)	1,13
Manaus (AM)	1,39	Manaus (AM)	1,08
Belo Horizonte (MG)	1,21	Florianópolis (SC)	1,08
Recife (PE)	1,15	Belo Horizonte (MG)	0,99
Goiânia (GO)	1,15	Goiânia (GO)	0,91
Cuiabá (MT)	0,98	Campo Grande (MS)	0,90
Boa Vista (RR)	0,98	Porto Velho (RO)	0,86
Aracaju (SE)	0,98	Recife (PE)	0,78
Palmas (TO)	0,91	Palmas (TO)	0,78
Campo Grande (MS)	0,82	São Luís (MA)	0,77
Macapá (AP)	0,81	Boa Vista (RR)	0,73
Natal (RN)	0,79	Teresina (PI)	0,65
João Pessoa (PB)	0,78	Aracaju (SE)	0,65
Rio Branco (AC)	0,78	Fortaleza (CE)	0,64
Porto Velho (RO)	0,78	Natal (RN)	0,64
São Luís (MA)	0,74	João Pessoa (PB)	0,64
Salvador (BA)	0,73	Maceió (AL)	0,63
Belém (PA)	0,71	Rio Branco (AC)	0,62
Fortaleza (CE)	0,71	Macapá (AP)	0,59
Maceió (AL)	0,60	Belém (PA)	0,53
Teresina (PI)	0,56	Salvador (BA)	0,51

Grandes Concentrações Urbanas

	2002		2021
Brasília/DF	2,30	Campinas/SP	2,00
São José dos Campos/SP	2,19	Brasília/DF	1,75
Campinas/SP	2,18	São Paulo/SP	1,49
São Paulo/SP	1,87	Sorocaba/SP	1,44
Curitiba/PR	1,44	São José dos Campos/SP	1,42
Sorocaba/SP	1,42	Rio de Janeiro/RJ	1,30
Manaus/AM	1,39	Vitória/ES	1,29
Rio de Janeiro/RJ	1,37	Curitiba/PR	1,24
Vitória/ES	1,37	Florianópolis/SC	1,12
Baixada Santista/SP	1,35	Porto Alegre/RS	1,11
Porto Alegre/RS	1,29	Manaus/AM	1,08
Florianópolis/SC	1,14	Belo Horizonte/MG	1,06
Belo Horizonte/MG	1,12	Cuiabá/MT	1,03
Salvador/BA	0,98	Baixada Santista/SP	1,01
Goiânia/GO	0,94	Campo Grande/MS	0,90
Cuiabá/MT	0,87	Salvador/BA	0,83
Aracaju/SE	0,85	Goiânia/GO	0,82
Campo Grande/MS	0,82	Recife/PE	0,72
Recife/PE	0,79	Fortaleza/CE	0,69
Natal/RN	0,76	São Luís/MA	0,66
João Pessoa/PB	0,72	Maceió/AL	0,65
Fortaleza/CE	0,68	João Pessoa/PB	0,63
São Luís/MA	0,64	Aracaju/SE	0,62
Belém/PA	0,61	Natal/RN	0,60
Maceió/AL	0,61	Teresina/PI	0,60
Teresina/PI	0,51	Belém/PA	0,49

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Diretoria de Geociências do IBGE.

Entre os Municípios das Capitais, Brasília (DF), com R\$ 92 732,27, ocupou a primeira posição em relação ao PIB *per capita*, em 2021, enquanto Salvador (BA), a última (R\$ 21 706,06).

A razão entre o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais e o PIB *per capita* do Brasil (R\$ 42 247,52) mostrou que, em 2021, enquanto Brasília (DF) alcançou valor 2,19 vezes maior que o nacional, em Salvador (BA) a razão foi 0,51. No grupo de Municípios das Capitais com razão superior a nacional, observa-se que oito Municípios mantiveram razão acima de 1,0 em toda série. Sendo, apenas um nas Regiões Norte – Manaus (AM); e Centro-Oeste – Brasília (DF), e três Municípios nas Regiões Sudeste – Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP); e Sul – Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS).

Os maiores valores do PIB *per capita*, em 2021, pertencem aos grandes Centros Urbanos do Centro-Sul, e, ainda, a algumas Regiões em que ocorre a combinação de atividade Agropecuária significativa e pequena população, como a borda sul da Amazônia Legal⁹, na região central de Mato Grosso, e ainda Municípios do sul de Goiás e leste de Mato Grosso do Sul, no oeste baiano e no alto curso do Rio Parnaíba.

Na análise que abrange as Grandes Concentrações Urbanas, observa-se que, em 2021, a maior razão do PIB *per capita* encontra-se na Concentração Urbana de Campinas/SP, seguida pelas de

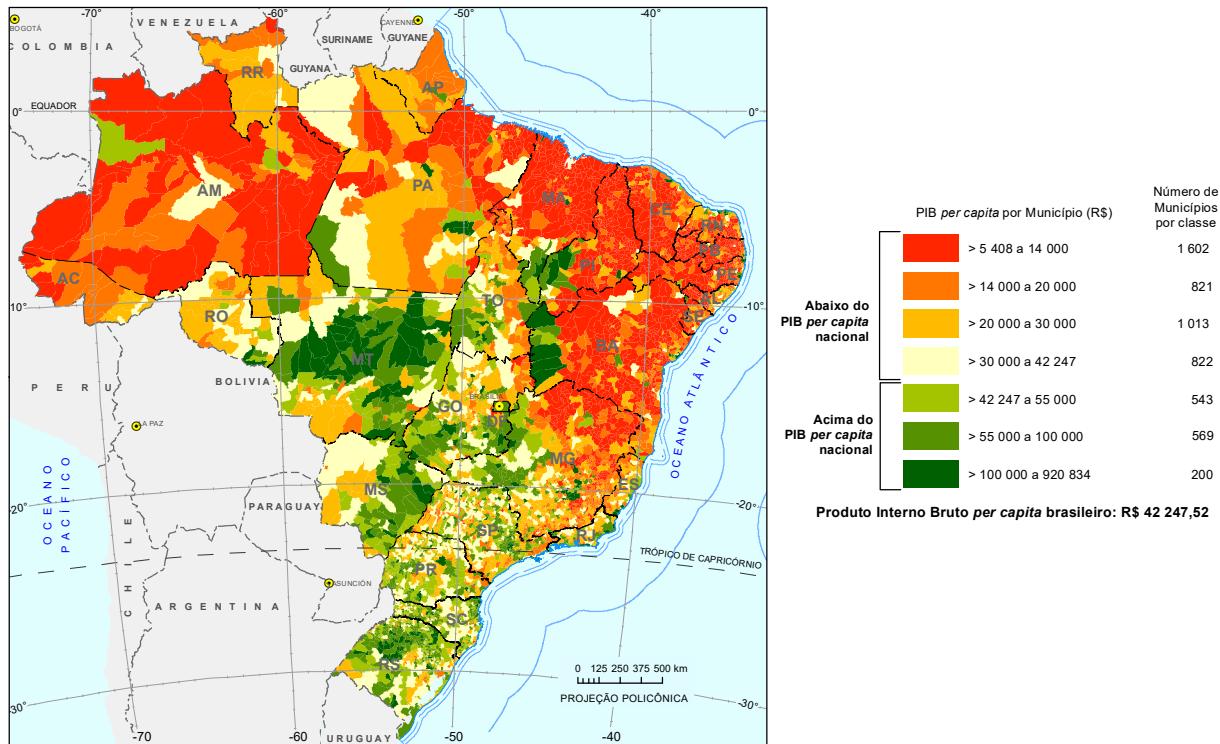
Brasília/DF, São Paulo/SP, Sorocaba/SP e São José dos Campos/SP. Essa é uma informação bastante similar à verificada, em 2002, ainda que se verifique uma alteração na ordem das Grandes Concentrações Urbanas no ranking, além da saída de Curitiba/PR da lista para a inclusão de Sorocaba/SP. Convém ainda ressaltar que, ao longo da série histórica, as maiores razões do PIB *per capita* tiveram redução relativa, convergindo para a média nacional.

Em 2002, 13 Grandes Concentrações Urbanas apresentavam PIB *per capita* maior que a média nacional. À exceção de Brasília/DF e Manaus/AM, as demais se encontravam nas Regiões Sudeste e Sul. Em 2021, o número de Grandes Concentrações Urbanas com razão acima de 1,0 foi de 14, com a inclusão de Cuiabá/MT. A comparação, porém, evidencia que algumas das Grandes Concentrações Urbanas do Nordeste e uma do Norte, que já possuíam razão do PIB *per capita* inferior a 1,0, em 2002, distanciaram-se da média nacional, ao longo do período, com destaque para Aracaju/SE, Natal/RN e Salvador/BA, na Grande Região Nordeste, Goiânia/GO, na Grande Região Centro Oeste e Belém/PA, na Grande Região Norte.

Dentre as Médias Concentrações Urbanas, a Média Concentração Urbana de Parauapebas/PA apresentou a maior razão do PIB *per capita*, em 2021, com valor de 5,38 (2,05, em 2002), além de ter apresen-

PIB *per capita*

2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

⁹ A Amazônia Legal é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, bem como pelos Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°. Possui uma superfície aproximada de 5 217 423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

tado o maior aumento entre as Concentrações Urbanas do País, em relação ao início da série. O desempenho observado na razão do *per capita* em Parauapebas/PA justifica-se pela extração de minério de ferro. Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião/SP, Itabira/MG e Itajaí - Balneário Camboriú/SC aparecem em sequência, entre as Médias Concentração Urbanas, em 2021, com maior aumento na razão *per capita*, na comparação com 2002. No outro extremo, Macaé - Rio das Ostras/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ foram as duas Médias Concentrações Urbanas que registraram as maiores reduções de valor de PIB *per capita* ao longo da série, com razões de 1,40 (4,97, em 2002) e 2,02 (3,39, em 2002), em 2021; ambas com economia vinculada à extração de petróleo e gás.

Outra perspectiva sobre a redução da desigualdade regional, em 2021, pode ser obtida a partir da análise do PIB *per capita* nas Regiões do Semiárido¹⁰, da Amazônia Legal e da Cidade-Região de São Paulo. Em 2002, a razão do PIB *per capita* do Semiárido e da Amazônia Legal eram 0,33 e 0,58, respectivamente. Em 2020, o Semiárido apresentava razão do PIB *per capita* de 0,43 e a Amazônia Legal, de 0,75. Em 2021, por sua vez, essas Regiões apresentaram índices de 0,41 e 0,76, respectivamente. Observa-se que a razão do PIB *per capita* seguiu avançando na Amazônia Legal; porém, oscilou para baixo no ano de 2021, no Semiárido. A Cidade-Região de São Paulo, por outro lado, correspondia a 1,85 do valor nacional,

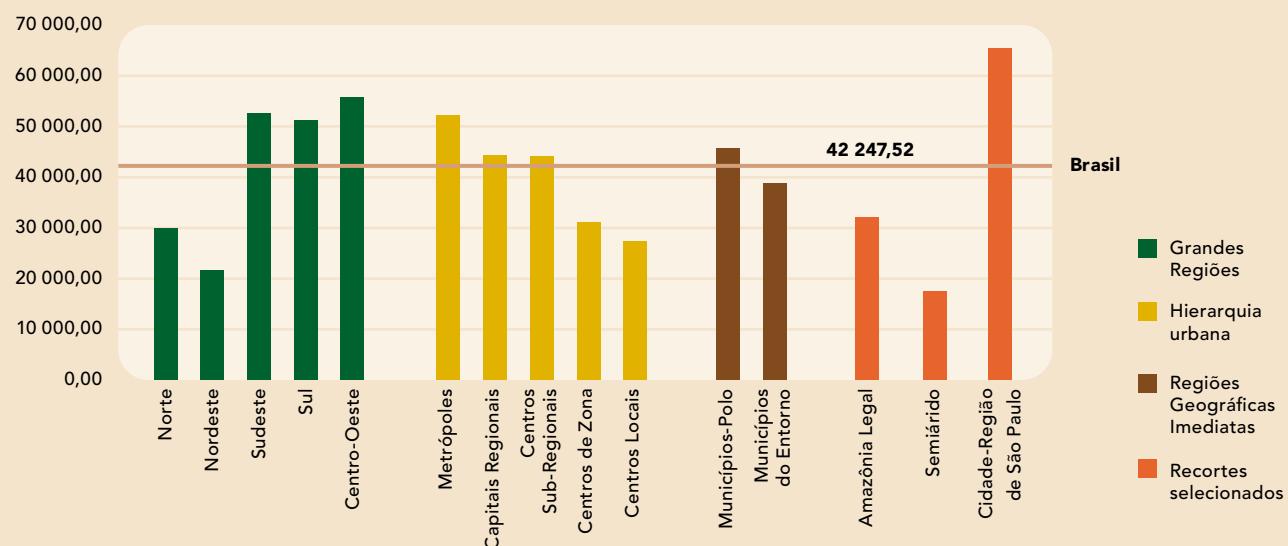
em 2002; 1,61, em 2020; e, em 2021, viu esse índice cair para 1,55.

A comparação, segundo as Regiões Geográficas Imediatas, entre Municípios-Polo e Municípios do Entorno também confirmam essa movimentação provocada, sobretudo pela redução do PIB *per capita* nos maiores Centros Urbanos. Em 2002, a razão do PIB *per capita* dos Municípios-Polo era, em média, 1,23. Em 2020, esse índice era de 1,12 e, em 2021, esse índice cai para 1,08. Nos Municípios do Entorno, por sua vez, o índice sai de 0,77, em 2002, para 0,88, em 2020; e 0,92, em 2021.

Na análise segundo a hierarquia urbana¹¹ dos Municípios, observa-se que, de modo geral, quanto mais alta a hierarquia, maior o PIB *per capita*. Na série histórica, porém, há uma tendência de as categorias mais elevadas dessa hierarquia apresentarem as maiores quedas na razão do PIB *per capita*, enquanto as categorias mais baixas apresentaram crescimento acima da média. As Metrópoles, em 2002, apresentaram uma razão do PIB *per capita* de 1,44; em 2020, de 1,26; e, em 2021, de 1,24. Por sua vez, os Centros Locais tiveram um salto na razão do PIB *per capita* de 0,49, em 2002, para 0,62, em 2020; e, finalmente, para 0,65, em 2021. Também, os Centros de Zona tiveram grande aumento, saindo de 0,58, em 2002, para 0,74, em 2021. No meio da escala, os Centros Sub-Regionais, entre 2002 e 2020, saíram de 0,87 para 1,01 e saltaram para 1,04, em 2021, superando a razão do PIB *per capita* nacional.

Produto Interno Bruto *per capita* segundo tipologias geográficas e recortes selecionados (R\$)

2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Diretoria de Geociências do IBGE.

¹⁰ O Semiárido brasileiro é composto por 1 477 Municípios, situados nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

¹¹ Nível de articulação que a Cidade tem com outros Centros Urbanos, realizado por meio de atividades de gestão pública e empresarial, e ainda o nível de atração que a Cidade possui para suprir bens e serviços para populações de outros Centros Urbanos. São cinco os principais níveis hierárquicos: Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais.

Evolução das participações do PIB entre os Municípios

Período 2020-2021

Ao analisar as maiores diferenças de participação em relação ao PIB do Brasil, entre 2020 e 2021, observa-se que os cinco Municípios com os maiores ganhos em valor absoluto tiveram seus resultados atrelados à extração de petróleo e gás. Maricá (RJ) com ganho de participação de 0,5 ponto percentual; Saquarema (RJ), 0,3 ponto percentual; Niterói (RJ), com 0,2 ponto percentual; e, São Sebastião (SP) e Campos dos Goytacazes (RJ), ambos com 0,1 ponto percentual.

Por outro lado, as cinco maiores quedas de participação ocorreram nos Municípios de São Paulo (SP), com perda de participação de 0,6 ponto percentual; Rio de Janeiro (RJ), 0,4 ponto percentual; Brasília (DF), 0,3 ponto percentual; Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), ambos com 0,1 ponto percentual. Em todos os cinco Municípios, foram os Serviços que mais influenciaram na perda de participação, com maior influência das Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, em São Paulo e Porto Alegre, da Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social, em Brasília e Belo Horizonte, e das Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços relacionados, no Rio de Janeiro.

Ao analisar a evolução da participação das Concentrações Urbanas no PIB nacional, observa-se que, das 185 existentes no País, 132 perderam participação e 53 aumentaram sua participação no PIB nacional, confirmando a tendência de desconcentração. Cabe destacar a perda das Grandes Concentrações Urbanas. Entre as 53 Concentrações Urbanas que ganharam peso, somente seis eram considera-

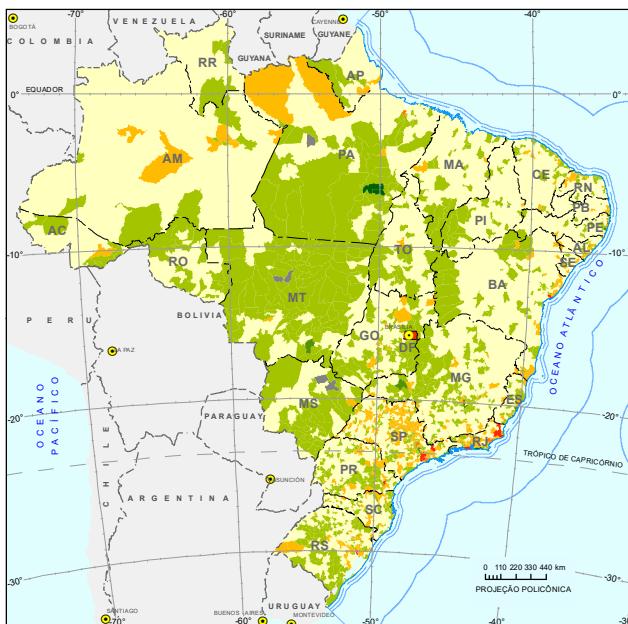
das Grandes Concentrações Urbanas (de um total de 26). Dentre as Médias Concentrações Urbanas, o resultado também foi de redução, porém menos acentuada. Somente 47 Médias Concentrações Urbanas ganharam participação, em 2021 (de um total de 159).

Apesar desse resultado, dentre as Concentrações Urbanas que mais avançaram sua participação no PIB nacional, entre 2020 e 2021, encontram-se algumas Grandes Concentrações Urbanas. O maior avanço foi verificado na Grande Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ, que saiu de 7,4%, em 2020, para 7,8%, em 2021. Também, foram destaque a Média Concentração Urbana de Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião/SP e a Grande Concentração Urbana de Vitória/ES. Na ponta inversa, as três maiores reduções de participação no PIB nacional nesse período ocorreram em Grandes Concentrações Urbanas, sendo a de São Paulo/SP a que apresentou o maior decréscimo, de 16,2% para 15,4% (0,8 ponto percentual), seguida por Brasília/DF e Porto Alegre/RS.

Ao observar alguns recortes geográficos específicos, verifica-se que a Cidade-Região de São Paulo apresentou perda de participação no total do PIB nacional, saindo de 23,5% do PIB do Brasil, em 2020, para 22,6%, em 2021, o que representou uma queda de 0,9 ponto percentual, enquanto a Amazônia Legal, num percurso inverso, aumentou sua participação de 9,9% para 10,1%, uma expansão de 0,2 ponto percentual. O Semiárido, por sua vez, viu sua participação ser reduzida de 6,4%, em 2020, para 6,2%, em 2021.

Dinâmica do PIB dos Municípios

2002-2021



Diferença da participação
do PIB dos Municípios no
PIB do Brasil: 2002 - 2021

	Pontos Percentuais	Número de Municípios por classe
Perda de participação	> -3,48 a -0,20	13
	> -0,20 a -0,10	8
Ganho de participação	> -0,10 a -0,002	431
	> -0,002 a 0,002	4 112
	> 0,002 a 0,10	977
	> 0,10 a 0,20	13
	> 0,20 a 0,92	6
	Municípios criados após 2002	10

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

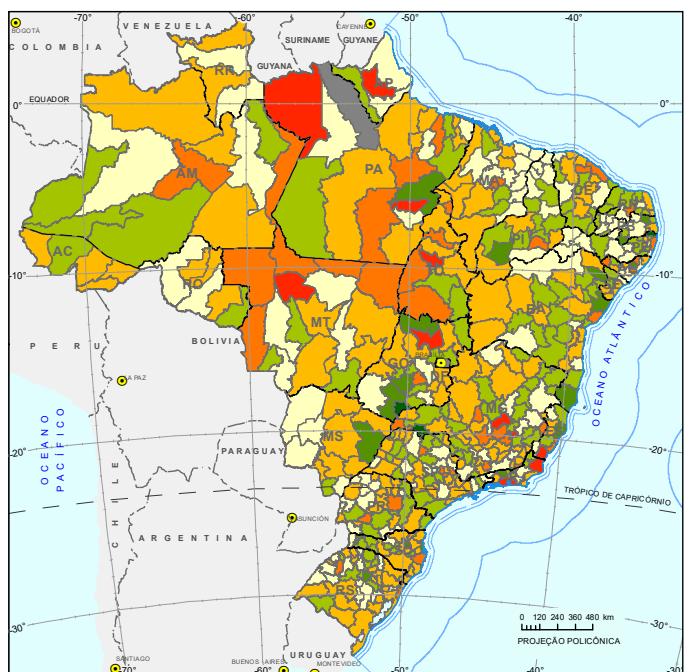
Na análise por diferenças de posição – obtidas a partir da diferença de posição dos Municípios em relação ao valor do PIB –, os maiores destaques foram identificados naqueles com participação reduzida no PIB do País. Sucupira e Aliança do Tocantins, ambos no Estado de Tocantins, registraram os maiores avanços influenciados pela Agropecuária, com aumento de 2 293 e 1 863 posições, respectivamente. Entre os maiores recuos de posição estão Cachoeira Dourada (GO), com queda de 3 137 posições, seguido por Marapoama (SP), com redução de 1 738 posições, ambos com desempenho justificado pela Indústria.

Período 2002-2021¹²

Ao analisar a evolução da participação no PIB ao longo da série 2002-2021, constata-se que São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) registraram as maiores quedas de participação entre os Municípios brasileiros, o que aponta, novamente, para a tendência de desconcentração do PIB no nível municipal. O Município de São Paulo (SP) perdeu 3,5 pontos percentuais de participação na economia nacional, influenciado, principalmente, pela redução relativa de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.

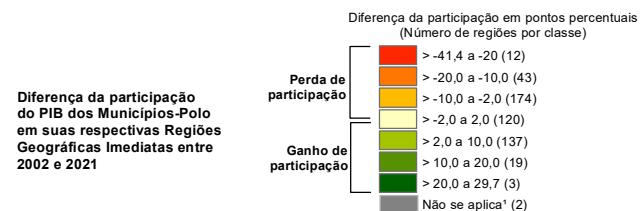
Dinâmica do PIB nas Regiões Geográficas Imediatas

2002-2021



Na Capital Fluminense, a perda de 2,3 pontos percentuais ocorreu em razão da diminuição de seu peso nos Serviços, sobretudo em *Atividades imobiliárias e Informação e comunicação*. Em seguida, tem-se Brasília (DF), com decréscimo de 0,4 ponto percentual, devido principalmente à *Indústria*, com influência da *Construção*. Campos dos Goytacazes (RJ) e Belo Horizonte (MG) apareceram em sequência, também, ambos com decréscimo de 0,4 ponto percentual, em função da extração de petróleo e gás no primeiro Município e das *Atividades imobiliárias*, no segundo.

O maior ganho de participação no PIB, nesse período, ocorreu no Município de Maricá (RJ), com aumento de 0,9 ponto percentual, devido à extração de petróleo e gás. Parauapebas e Canaã dos Carajás, ambos do Estado do Pará, aumentaram 0,5 e 0,4 ponto percentual, respectivamente, com a expansão da extração de minério de ferro, ocupando o segundo e quinto lugares em ganho de participação. Em Saquarema (RJ) o aumento de 0,4 ponto percentual, também, foi devido à extração de petróleo e gás. Itajaí (SC), quarto lugar em ganho de participação, também, com 0,4 ponto percentual, ganhou destaque devido ao *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*.



¹ Refere-se às regiões imediatas de Almerim-Porto de Moz e do Distrito Federal, nas quais o conceito não se aplica.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Diretoria de Geociências do IBGE.

¹² A série 2002-2009 refere-se à série retropolada do PIB dos Municípios, tendo por referência o ano de 2010. A partir de 2010, a série é estimada. Para a análise do período 2002-2021, foram desconsiderados os 10 Municípios criados entre 2003 e 2013.

O maior ganho de posição, entre 2002 e 2021, foi identificado em Godofredo Viana (MA), que subiu 4 286 posições em decorrência da extração de ouro. O Município de Catas Altas (MG) obteve o segundo maior ganho (4 181 posições), devido à extração de minério de ferro. Apesar do acréscimo de posições, ambas as municipalidades mantiveram participações relativamente baixas no PIB nacional. As maiores quedas de posição, na série iniciada em 2002, ocorreram em Cachoeira Dourada (GO), 4 389 posições, que apresentou queda na *Indústria*, e Rubiácea (SP), 2 613 posições, cuja atividade *Agropecuária* apresentou queda ao longo da série.

Ao analisar a evolução da participação das Concentrações Urbanas no PIB nacional, confirma-se a tendência, de longo prazo, de redução da importância relativa das Concentrações Urbanas de São Paulo/SP e do Rio de Janeiro/RJ, no cenário nacional. As duas maiores Concentrações Urbanas do País foram as que mais perderam participação no PIB nacional. Observa-se, ainda, um avanço relativo das Médias Concentrações Urbanas com destaque para Itajaí - Balneário Camboriú/SC, Parauapebas/PA, Juazeiro/BA, Caraguatatuba - Ubatuba - São Sebastião/SP e Joinville/SC. Das 185 Concentrações Urbanas do País, 105 ganharam participação, entre 2002 e 2021, enquanto as demais 80 perderam. Chama a atenção que as cinco Concentrações Urbanas que mais reduziram suas participações no PIB do País são consideradas Grandes Concentrações Urbanas.

A Amazônia Legal e o Semiárido ganharam participação no PIB nacional, ao longo da série iniciada em 2002 (3,2 e 0,9 ponto percentual, respectivamente). A Cidade-Região de São Paulo, por sua vez, reduziu de 27,0% para 22,6% a sua participação no PIB nacional, não só em função da diminuição do peso da capital paulista no PIB do País, mas também pela perda relativa de outros Municípios que a compõem e que têm representatividade na *Indústria* nacional.

Sob o recorte de Regiões Geográficas Imediatas, observa-se que o padrão de desconcentração econômica se manteve. À exceção do Distrito Federal, em todas as outras cinco Regiões Imediatas de maior PIB, em 2021, como São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Campinas/SP, Belo Horizonte/MG e Curitiba/PR, os Municípios-Polo perderam mais participação se comparados aos Municípios do Entorno, enquanto nas áreas de menor PIB ocorreu o inverso. Os Municípios-Polo das Regiões com forte participação da *Agricultura* em Mato Grosso, Pará, Bahia, Tocantins e Maranhão perderam participação no PIB de suas Regiões Geográficas Imediatas, enquanto os Municípios-Polo do Semiárido, do Oeste Paulista, do interior dos Estados da Região Sul, do Triângulo Mineiro, do sul de Goiás e do oeste do Amazonas ganharam importância em suas Regiões Geográficas Imediatas, apontando para a formação e/ou consolidação de centralidades nessas áreas.

Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

(continua)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do PIB no Brasil		
	2002 (%)	2021 (%)	Diferença 2021-2002 (p.p.)
Brasil	100,0	100,0	-
Grandes Regiões			
Norte	4,7	6,3	1,6
Nordeste	13,1	13,8	0,7
Sudeste	57,4	52,3	(-) 5,1
Sul	16,2	17,3	1,1
Centro-Oeste	8,6	10,3	1,7
Hierarquia urbana			
Metrópoles	50,9	43,9	(-) 7,0
Capitais Regionais	20,9	21,3	0,4
Centros Sub-Regionais	12,1	14,8	2,7
Centros de Zona	3,5	4,3	0,7
Centros Locais	12,5	15,7	3,2
Regiões Geográficas Imediatas			
Municípios-Polo	61,5	54,6	(-) 6,9
Municípios do Entorno	38,5	45,4	6,9
Concentrações Urbanas			
Grandes Concentrações Urbanas	57,1	49,4	(-) 7,7
Médias Concentrações Urbanas	19,9	22,2	2,4
Recortes selecionados			
Amazônia Legal	6,9	10,1	3,2
Semiárido	5,3	6,2	0,9
Cidade-Região de São Paulo	27,0	22,6	(-) 4,3

Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

(conclusão)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Participação do valor adicionado bruto das atividades econômicas no total do valor adicionado bruto do Brasil											
	Agropecuária			Indústria			Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social			Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social)		
	2002 (%)	2021 (%)	Diferença 2021-2002 (p.p.)	2002 (%)	2021 (%)	Diferença 2021-2002 (p.p.)	2002 (%)	2021 (%)	Diferença 2021-2002 (p.p.)	2002 (%)	2021 (%)	Diferença 2021-2002 (p.p.)
Brasil	6,4	7,7	1,2	26,4	25,8	(-) 0,5	16,5	15,8	(-) 0,7	50,7	50,7	(-) 0,0
Grandes Regiões												
Norte	0,5	0,8	0,3	1,3	2,2	0,9	1,2	1,4	0,2	1,8	2,1	0,3
Nordeste	1,3	1,3	(-) 0,0	3,1	2,9	(-) 0,2	3,2	3,4	0,2	5,8	6,4	0,5
Sudeste	1,8	1,5	(-) 0,3	15,7	14,6	(-) 1,1	7,6	6,2	(-) 1,3	31,4	29,2	(-) 2,2
Sul	1,8	2,1	0,3	4,8	4,5	(-) 0,3	2,1	2,2	0,1	7,8	8,4	0,6
Centro-Oeste	1,0	2,0	1,0	1,4	1,6	0,1	2,5	2,6	0,1	3,9	4,6	0,7
Hierarquia urbana												
Metrópoles	0,2	0,2	0,0	11,9	9,9	(-) 1,9	7,3	6,3	(-) 1,0	29,7	26,0	(-) 3,7
Capitais Regionais	0,5	0,5	(-) 0,1	7,3	5,9	(-) 1,3	3,0	3,0	0,0	10,3	11,5	1,2
Centros Sub-Regionais	1,2	1,4	0,2	3,7	5,0	1,3	2,0	2,1	0,1	5,5	6,7	1,2
Centros de Zona	0,7	0,9	0,2	0,9	1,1	0,2	0,8	0,8	0,0	1,4	1,7	0,3
Centros Locais	3,8	4,7	1,0	2,7	3,9	1,2	3,4	3,6	0,1	3,8	4,8	1,0
Regiões Geográficas Imediatas												
Municípios-Polo	1,5	1,7	0,3	14,9	11,5	(-) 3,4	9,1	8,5	(-) 0,6	35,5	31,7	(-) 3,7
Municípios do Entorno	4,9	5,9	1,0	11,5	14,3	2,8	7,4	7,3	(-) 0,1	15,3	18,9	3,7
Concentrações Urbanas												
Grandes Concentrações Urbanas	0,2	0,2	(-) 0,0	13,9	11,4	(-) 2,5	8,2	7,2	(-) 1,0	32,9	29,1	(-) 3,8
Médias Concentrações Urbanas	0,8	0,7	(-) 0,1	6,9	7,2	0,2	2,9	3,0	0,1	9,5	11,2	1,7
Recortes selecionados												
Amazônia Legal	1,0	2,0	1,0	1,8	2,9	1,1	1,7	2,1	0,4	2,8	3,6	0,8
Semiárido	0,8	0,8	0,0	1,1	1,2	0,1	1,9	2,0	0,1	1,9	2,6	0,6
Cidade-Região de São Paulo	0,1	0,1	(-) 0,0	7,2	4,6	(-) 2,6	2,2	1,7	(-) 0,5	16,3	14,9	(-) 1,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Diretoria de Geociências do IBGE.

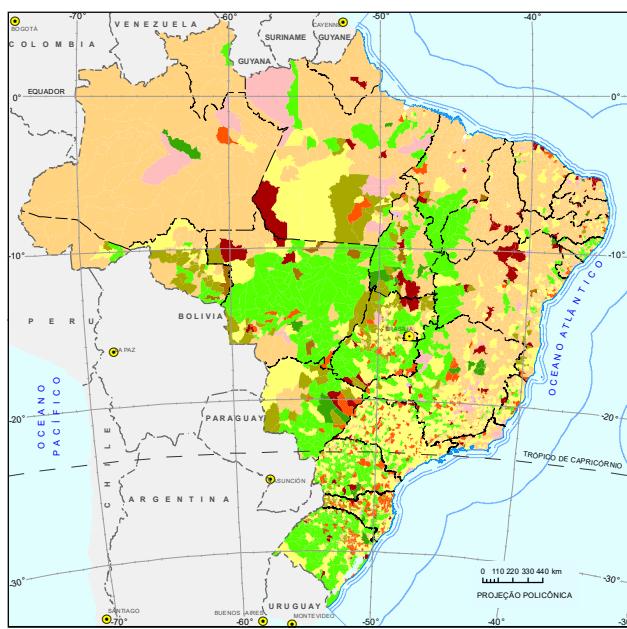
Perfil econômico dos Municípios¹³

Em 2021, 43,2% (2 409) dos Municípios brasileiros tiveram a *Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social* como principal atividade econômica. Nos Estados do Amazonas, Roraima, Amapá e Paraíba esse percentual ultrapassou 90,0%. Por outro lado, o Estado do Paraná apresentou apenas 6,3% de suas municipalidades com essa característica.

Dos 358 Municípios cuja atividade principal, em 2021, foi *Indústrias de transformação*, 293 estavam concentrados nas Regiões Sudeste e Sul, o que equivale a 81,8%. O Estado de Mato Grosso obteve o maior percentual de municipalidades em que a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* figurou como a atividade de maior destaque (56,0%), seguido pelos Estados de Mato Grosso do Sul (53,2%) e Rio Grande do Sul (48,9%).

Atividade econômica predominante no Município

2021



Maior atividade econômica no valor adicionado bruto total do Município (Número de Municípios por classe)

Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita (1 020)
Pecuária, inclusive apoio à pecuária (242)
Produção florestal, pesca e aquicultura (34)
Indústrias extrativas (93)
Indústrias de transformação (358)
Construção (5)
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (118)
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (57)
Demais serviços (1 234)
Administração, defesa, educação, saúde pública e segurança social (2 409)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Excluindo dessa análise a *Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social*, a atividade *Demais serviços* foi a de maior destaque em 3 075 Municípios, no ano de 2021, seguida pela *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, principal atividade em 1 272 municipalidades. Na comparação com o ano anterior, destaca-se o aumento do número de municipalidades com *Agricultura* como atividade principal, de 1 049, em 2020, para 1 272, em 2021, que se relaciona ao aumento de preços de alguns dos produtos agrícolas mais relevantes na economia nacional, em 2021.

Agropecuária

Observa-se, em 2021, que ¼ do valor adicionado bruto da Agropecuária brasileira era concentrado em 106 Municípios, dos quais 57 (53,8%) estavam situados na Região Centro-Oeste, ancorados, em sua maioria, na produção de grãos e algodão herbáceo. Os cinco maiores valores foram, nessa ordem, Sapezal (MT), Sorriso (MT), São Desidério (BA), Diamantino (MT) e Campo Novo do Parecis (MT), que, juntos, somavam 3,6% do valor adicionado bruto da Agropecuária, em 2021.

Entre os 20 maiores, em termos de valor adicionado bruto da Agropecuária, atesta-se a predominância de Municípios da Região Centro-Oeste, seguida pela Região Nordeste. Neste grupo, 15 Municípios estão na Região Centro-Oeste, sendo 11 do Estado de Mato Grosso, em que se destacaram as produções de grãos ou algodão herbáceo; três Municípios goianos; e, ainda, Brasília, Capital Federal, com produção de outras lavouras temporárias. Da Região Nordeste, além do Município baiano a ocupar a terceira posição, outras três municipalidades do mesmo Estado apareceram entre os 20 maiores postos, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Correntina, e o Município maranhense de Balsas.

Ao analisar os dados, a partir do recorte das Regiões Rurais¹⁴ do Brasil, observa-se que o maior valor adicionado da Agropecuária, em 2021, pertencia à Região Rural da Capital Regional de Passo Fundo/RS, seguida pela Região Rural da Capital Regional de Cascavel/PR, pela Região Rural do Centro Sub-Regional de Sinop/MT e pela Região Rural da Capital Regional de Barreiras/BA. Dentre as 15 Regiões Rurais com maior valor adicionado da Agropecuária, em 2021, 13 são produtoras, principalmente, de soja, à exceção da Região Rural da Metrópole de Porto Alegre/RS, produtora de cereais, na nona posição e da Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP, na 13ª posição, produtora de outros produtos da lavoura temporária.

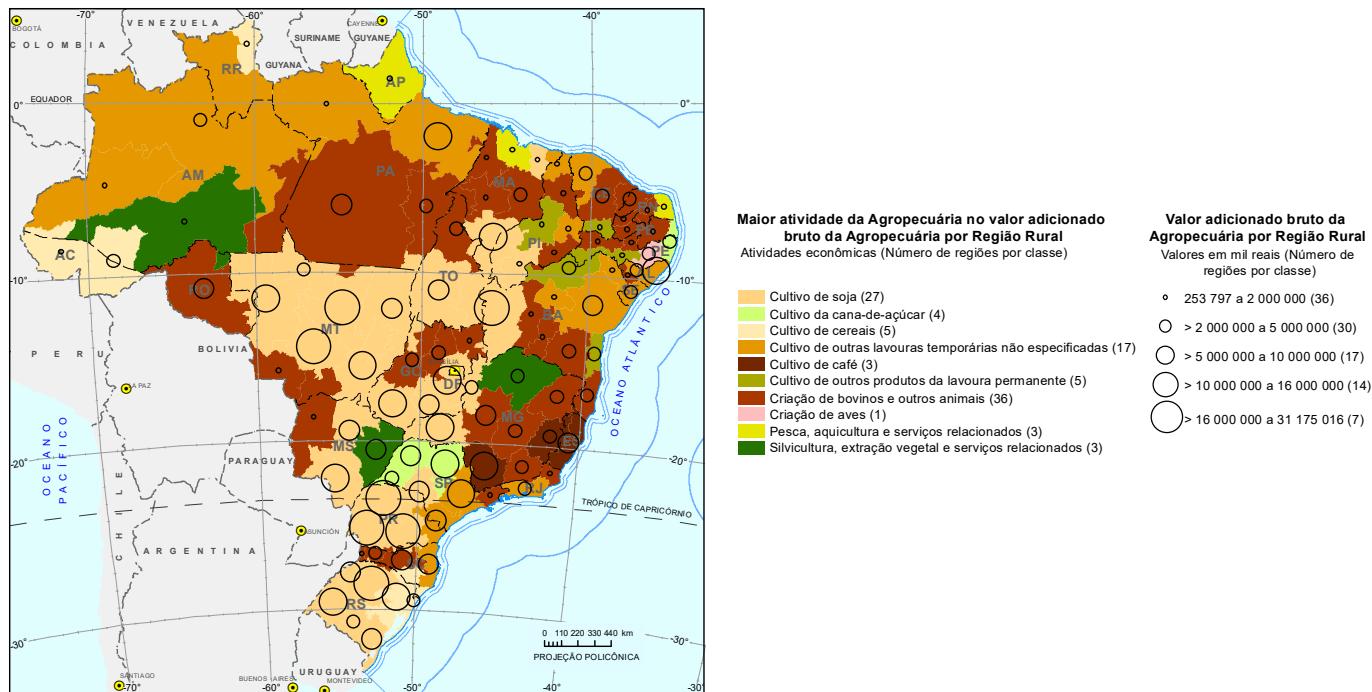
Entre as 15 Regiões Rurais com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária, em 2021, sete estavam na Região Centro-Oeste, cinco estavam na Região Sul, duas na Região Sudeste e uma na Re-

¹³ Para a análise do perfil econômico, a principal atividade foi selecionada entre as seguintes: *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita; Pecuária, inclusive apoio à pecuária; Produção florestal, pesca e aquicultura; Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Construção; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e Demais serviços*.

¹⁴ Recorte geográfico que reúne um conjunto de Municípios, sendo que um deles contém o polo urbano onde se procuram insumos e para onde se remetem os produtos agropecuários e extractivos. A publicação Projeto regiões rurais 2015: relatório técnico, divulgada pelo IBGE naquele mesmo ano, identifica 104 Regiões Rurais no território brasileiro.

Atividade da Agropecuária predominante nas Regiões Rurais

2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Diretoria de Geociências do IBGE.

gião Nordeste. Ainda sobre essas 15 maiores Regiões Rurais, em termos relativos, a Agropecuária representa 50,2% de todo o valor adicionado bruto da Região Rural do Centro Sub-Regional de Vilhena (RO) e Cacoal (RO)/MT; 48,2% da Região Rural da Capital Regional de Barreiras/BA; e 45,2% da Região Rural do Centro Sub-Regional de Sinop/MT. Na ponta inversa, ainda que seja a 13ª Região Rural com maior valor adicionado bruto da Agropecuária, a Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP apresenta somente 0,8% de seu valor adicionado bruto ligado a essa atividade.

Ressalta-se que todas as 15 Regiões Rurais com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária apresentaram seus destaques na lavoura temporária, sendo 13 delas com predominância na produção de soja, uma na produção de cereais e uma na produção de outras lavouras temporárias. Observa-se que as duas Regiões Rurais que apresentam atividades diferentes da soja estão ligadas a Municípios das Capitais: a Região Rural da Metrópole de Porto Alegre/RS e a Região Rural da Grande Metrópole Nacional de São Paulo/SP.

Entre todas as Regiões Rurais do País, a Região Rural do Centro Sub-Regional de Balsas/MA, a Região Rural do Centro Sub-Regional de Barra do Garças/MT e a Região Rural do Centro Sub-Regional de Vilhena (RO) e Cacoal (RO)/MT são as três Regiões Rurais em que a Agropecuária tem maior participação no valor adicionado bruto: 56,6%, 50,9% e 50,2%, respectivamente.

Quanto à pecuária de bovinos e outros animais, as Regiões Rurais de maior valor adicionado bruto dessa atividade foram a Região Rural da Capital Regional de Porto Velho/RO, a Região Rural da Capital Regional de Passo Fundo/RS e a Região Rural da Capital Regional de Marabá/PA. Na Região Rural da Capital Regional de Passo

Fundo/RS, ainda que o valor adicionado bruto da pecuária bovina seja o segundo maior do País, a principal atividade Agropecuária foi a soja. Cabe ressaltar, ainda, que a pecuária bovina segue como principal atividade Agropecuária de várias Regiões Rurais no Semiárido e na Amazônia Legal.

Indústria

Em 2021, 16 Municípios de maior valor adicionado bruto da Indústria concentravam 25% do valor nacional, revelando um nível de concentração maior que o verificado na Agropecuária; e com mais 61 municipalidades, chega-se a 50% da Indústria. No outro extremo, nota-se que 2 931 Municípios com os menores valores responderam por 1,0% da Indústria.

Pela primeira vez, desde o início da série histórica, em 2002, a capital paulista não esteve na primeira posição. Esta foi ocupada pelo Município de Maricá (RJ), que em 2021, concentrou 3,3% do valor adicionado bruto da Indústria; devido à extração de petróleo e gás. Além de São Paulo (SP), na segunda posição, com peso de 3,1%, teve destaque também o Município do Rio de Janeiro (RJ), em terceiro com participação de 2,3%. Na quarta posição apareceu Parauapebas (PA), com 2,0%, Município com economia fortemente voltada para a extração de minério de ferro, e na quinta, Manaus (AM), com 1,9%, devido à Zona Franca.

Entre os 20 Municípios de maior participação no valor adicionado da Indústria, em 2021, 14 pertenciam à Região Sudeste, dos quais seis eram fluminenses; cinco paulistas; e três mineiros. Três pertenciam à Região Norte, sendo eles Parauapebas (PA), Manaus (AM) e Canaã dos Carajás (PA) e dois pertenciam à Região Sul, Curitiba e

Araucária, ambos do Estado do Paraná. A Região Nordeste tinha um Município nesse ranking: Camaçari (BA).

Na análise por Concentrações Urbanas, observa-se que o conjunto das Grandes e Médias Concentrações Urbanas do País representavam 71,8% do valor adicionado bruto nacional da *Indústria*. Dentre elas, destacava-se a Grande Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ, representando 10,3% da atividade industrial do País, seguida pelas Grandes Concentrações Urbanas de São Paulo/SP (8,4%), Belo Horizonte/MG (3,4%), Campinas/SP (2,8%) e Curitiba/PR (2,4%).

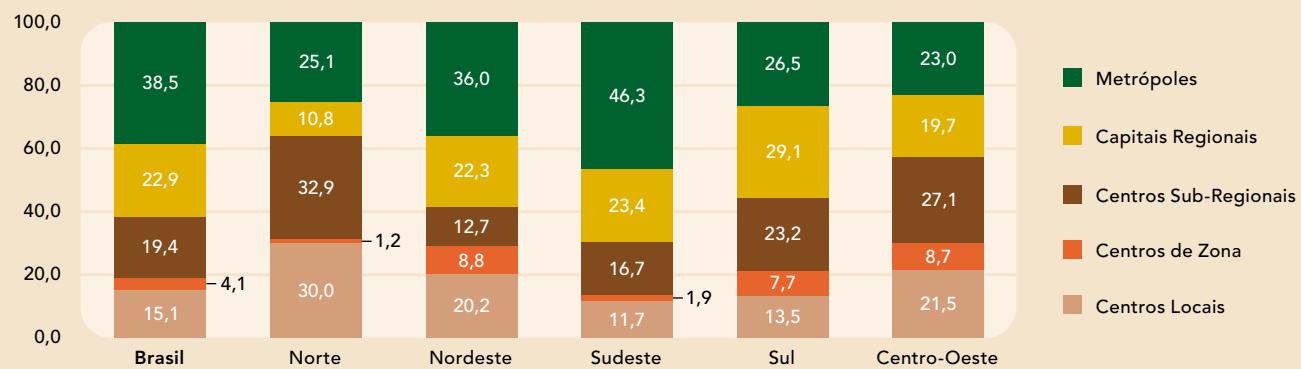
Sob a perspectiva de hierarquia urbana verifica-se que os centros de hierarquia mais baixa representavam 38,6%, sendo eles: Cen-

tros Sub-Regionais (19,4%), Centros de Zona (4,1%) e Centros Locais (15,1%). As Metrópoles, hierarquia mais elevada, corresponderam a 38,5%, enquanto as Capitais Regionais, a 22,9%. Na comparação com 2020, apenas as Capitais Regionais e os Centros de Zona perderam participação relativa na atividade industrial do País, enquanto os demais ganharam no ano de 2021.

A Cidade-Região de São Paulo representava 17,8% do total do valor adicionado bruto da *Indústria* do País, em 2021, uma redução de 1,6 ponto percentual ante os 19,4% verificados em 2020. Por sua vez, a Amazônia Legal e o Semiárido também reduziram suas participações no valor adicionado bruto industrial do Brasil entre 2020 e 2021: de 12,3% para 11,2%; e de 4,8% para 4,6%, respectivamente.

Participação do valor adicionado bruto na Indústria do Brasil, por hierarquias urbanas, segundo as Grandes Regiões (%)

2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Diretoria de Geociências do IBGE.

Serviços

Nos Serviços, exceto *Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social*, cinco Municípios somavam quase ¼ do total dessa atividade no Brasil, em 2021: São Paulo (SP), com 14,1%; Rio de Janeiro (RJ), com 4,5%; Brasília (DF), com 3,3%; Belo Horizonte, com 1,6% e Osasco (SP), com 1,5%. As 48 municipalidades de maior participação acumularam ½ do total do País, das quais 21 eram Municípios das Capitais. No mesmo ano, as 1 956 municipalidades de menor participação somavam apenas 1,0% desses serviços.

Dos Municípios que somavam, aproximadamente, ½ do total nacional dos Serviços, exceto *Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social*, constam, na Região Norte, somente as Capitais dos Estados do Amazonas e do Pará enquanto, na Região Nordeste, não figura apenas a Capital do Estado do Sergipe. Todos os Municípios das Capitais pertencentes às Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste constam entre os que registraram os maiores valores de tais serviços, em 2021. Destaca-se também que 16 dos 48 Municípios desse grupo eram paulistas. Excluindo-se os Municípios das Capitais e todos os Municípios dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os mais bem posicionados foram Itajaí (SC) e Uberlândia (MG), na 21^a e 24^a posições, respectivamente.

Ao analisar outros recortes geográficos, a Concentração Urbana de São Paulo/SP, sozinha, representava 21,8% do total do valor adiciona-

do bruto dos Serviços, exceto *Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social*. As 10 Concentrações Urbanas com os maiores valores adicionados brutos de tais serviços totalizavam 46,8% do valor nacional. Em 2020, a participação desse grupo era de 48,0%.

Também significativa foi a participação da Cidade-Região de São Paulo, com 29,5% dos Serviços do País, ainda excluindo-se *Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social*, com queda de 0,7 ponto percentual ante os 30,2% verificados em 2020. A Região do Semiárido oscilou, com valor adicionado bruto correspondente a 5,0%, em 2020, e 5,1%, em 2021, enquanto a Amazônia Legal apresentou aumento de 6,9% para 7,1%.

Segundo a hierarquia urbana, observa-se que o total dos Serviços ainda se encontram fortemente concentrados nas Metrópoles, com 48,6% do valor nacional. Ainda nas Metrópoles, os Serviços, exceto *Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social*, representavam 51,4% do total nacional (as Metrópoles representavam 35,5% da população brasileira). No outro extremo, pode-se verificar que, embora a população total dos Centros Locais seja elevada (24,2% do total do País), o valor adicionado bruto dos Serviços, ainda excluindo-se *Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social*, correspondia a 9,4% do total nacional.

Em Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social, observa-se a elevada participação dessa atividade, sobretudo nos Municípios de menores PIBs. Nota-se também que, naqueles localizados nas Regiões Norte e Nordeste, tais serviços tiveram maior peso em suas economias. Entretanto, observa-se que houve concentração desses serviços nos Municípios das Capitais e nas municipalidades da Região Sudeste, em termos de participação dessa atividade no Brasil.

As Grandes Concentrações Urbanas tiveram participação de 45,4% no total nacional da Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social, dentre as quais se destacaram as de Brasília/DF, com 10,0%; Rio de Janeiro/RJ, com 8,6%; e São Paulo/SP, com 7,4%.

Sob o ponto de vista da hierarquia urbana, as Metrópoles detinham 39,8% do valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social, e 35,5% da população brasileira, concentrando, portanto, mais serviços do que população. A relação se inverte no outro extremo. Os Centros Locais, que concentravam 24,2% da população nacional, em 2021, respondiam por 22,7% do total da atividade Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social.

Há que se destacar, ainda, que 11,0% do valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social correspondia ao conjunto de Municípios que compõem a Cidade-Região de São Paulo. Por sua vez, o Semiárido correspondeu a 12,4% do total nacional dessa atividade e a Amazônia Legal respondeu por 13,0%.

Em 2021, os 11 Municípios de maior valor dos serviços da Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social agregaram cerca de ¼ do total do valor adicionado bruto dessa atividade, sendo os três primeiros: Brasília (DF), com 9,6%; Rio de Janeiro (RJ), com 4,7%; e São Paulo (SP), com 4,0%. Desconsiderando-se os Municípios das Capitais, até a 20ª posição, encontram-se São Gonçalo (RJ) na 12ª posição; Duque de Caxias (RJ) na 13ª; Nova Iguaçu (RJ) na 15ª; Guarulhos (SP) na 16ª; Campinas (SP) na 18ª e Niterói (RJ) na 20ª posição. ■

Valor adicionado bruto e participação das atividades de Serviços no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2021

(continua)

Tipologias geográficas e recortes selecionados	Total	
	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)
Brasil	5 129 115 000	100,0
10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	2 268 350 066	44,2
São Paulo/SP	943 753 344	18,4
Rio de Janeiro/RJ	399 108 567	7,8
Brasília/DF	255 454 388	5,0
Belo Horizonte/MG	136 088 466	2,7
Porto Alegre/RS	118 815 934	2,3
Curitiba/PR	100 355 785	2,0
Campinas/SP	95 919 923	1,9
Recife/PE	75 923 110	1,5
Salvador/BA	73 986 369	1,4
Fortaleza/CE	68 944 180	1,3
Concentrações Urbanas		
Grandes Concentrações Urbanas	2 798 648 648	54,6
Médias Concentrações Urbanas	1 093 893 102	21,3
Hierarquia urbana		
Metrópoles	2 493 484 566	48,6
Capitais Regionais	1 120 873 281	21,9
Centros Sub-Regionais	675 526 173	13,2
Centros de Zona	193 481 015	3,8
Centros Locais	645 749 965	12,6
Recortes selecionados		
Amazônia Legal	434 593 678	8,5
Semiárido	348 475 169	6,8
Cidade-Região de São Paulo	1 286 475 024	25,1

Valor adicionado bruto e participação das atividades de Serviços no Brasil, segundo tipologias geográficas e recortes selecionados

2021

(conclusão)

Serviços (exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social)			Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social		
Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto		Tipologias geográficas e recortes selecionados	Valor adicionado bruto	
	Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)		Valor (R\$ 1 000)	Participação no Brasil (%)
Brasil	3 910 159 000	100,0	Brasil	1 218 956 000	100,0
10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	1 829 844 841	46,8	10 maiores Concentrações Urbanas por valor adicionado bruto	440 627 288	36,1
São Paulo/SP	853 359 959	21,8	Brasília/DF	121 305 757	10,0
Rio de Janeiro/RJ	294 586 808	7,5	Rio de Janeiro/RJ	104 521 759	8,6
Brasília/DF	134 148 631	3,4	São Paulo/SP	90 393 384	7,4
Belo Horizonte/MG	110 084 634	2,8	Belo Horizonte/MG	26 003 833	2,1
Porto Alegre/RS	96 841 031	2,5	Porto Alegre/RS	21 974 903	1,8
Campinas/SP	85 435 225	2,2	Recife/PE	18 684 045	1,5
Curitiba/PR	83 240 568	2,1	Curitiba/PR	17 115 217	1,4
Salvador/BA	60 393 052	1,5	Fortaleza/CE	14 428 312	1,2
Recife/PE	57 239 065	1,5	Salvador/BA	13 593 317	1,1
Fortaleza/CE	54 515 868	1,4	Goiânia/GO	12 606 761	1,0
Concentrações Urbanas			Concentrações Urbanas		
Grandes Concentrações Urbanas	2 244 832 902	57,4	Grandes Concentrações Urbanas	553 815 747	45,4
Médias Concentrações Urbanas	865 813 132	22,1	Médias Concentrações Urbanas	228 079 969	18,7
Hierarquia urbana			Hierarquia urbana		
Metrópoles	2 007 896 930	51,4	Metrópoles	485 587 636	39,8
Capitais Regionais	888 092 007	22,7	Capitais Regionais	232 781 274	19,1
Centros Sub-Regionais	514 598 045	13,2	Centros Sub-Regionais	160 928 128	13,2
Centros de Zona	130 471 330	3,3	Centros de Zona	63 009 685	5,2
Centros Locais	369 100 688	9,4	Centros Locais	276 649 278	22,7
Recortes selecionados			Recortes selecionados		
Amazônia Legal	275 721 955	7,1	Amazônia Legal	158 871 723	13,0
Semiárido	197 710 228	5,1	Semiárido	150 764 941	12,4
Cidade-Região de São Paulo	1 152 450 719	29,5	Cidade-Região de São Paulo	134 024 305	11,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Tipologias e regionalizações de responsabilidade da Diretoria de Geociências do IBGE.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais
Diretoria de Geociências,
Coordenação de Geografia

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Elaboração de mapas

Diretoria de Geociências,
Coordenação de Geografia,
Coordenação de Meio Ambiente

Imagens fotográficas

Unsplash
Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgeoficial



/ibgeoficial



@/ibgeoficial



/ibgecomunica



/ibgeoficial



Saiba mais sobre a
pesquisa.